

E bem, e o resto?

*Até aqui pode bastar,
Mais havia de dizer;
Mas eu tenho que fazer,
Não me posso demorar,
E quem sabe discorrer
Pode o resto adivinhar*
Bárbara Eliodora.
"Conselhos a meus filhos"

Uma passagem do texto "Qu'est-ce que le style au XVIIIe. siècle?", de Jean Molino, se dividida em duas partes, bem pode dar a tônica desta tese. "É sempre perigoso", escreve ele, "impor às obras de um outro tempo, para analisá-las, as noções que refletem a nossa própria concepção da linguagem ou da literatura" (1997, p. 338).

Foi partindo dessa premissa que a minha reflexão seguiu a trilha de uns tantos trabalhos que tentam, de certa forma, recuperar a retórica, não para reinstalá-la como princípio organizador do discurso, e sim para reintroduzir, no seu universo, tudo aquilo que se produziu segundo os preceitos por ela estabelecidos. Mas também para mostrar que essa estrutura está presente nas práticas discursivas do século XIX — que, paradoxalmente, a renegou —, pois os mesmos *litteratos* que promoveram o seu apagamento na leitura que fizeram das letras coloniais tiveram a sua formação dentro de um sistema educacional ainda fortemente marcado pela presença dessa disciplina. Ao menos dois dos autores das antologias analisadas trazem, em suas biografias, a referência ao fato de haverem estudado "Retórica e Poética" com nomes consagrados de suas respectivas épocas: Januário da Cunha Barbosa teve por mestre Silva Alvarenga,

e, anos depois, Joaquim Norberto foi aluno de Gonçalves de Magalhães, num estabelecimento de ensino significativamente denominado Colégio Emulação.

É exatamente nesse ponto que a segunda parte da passagem do texto de Molino entra em cena para destacar um outro dado que precisa ser levado em consideração.

Criadores, críticos e leitores participam, em cada época, de um conjunto de tradições, costumes, princípios, a partir dos quais — seja para lhes ser fiéis ou para ultrapassá-los — a sua atividade adquire toda a sua significação (id., ib.).

Ou seja, as obras desses antologistas também devem ser reintroduzidas no sistema de pensamento dentro do qual foram realizadas, e, no caso específico do Oitocentos brasileiro, todo e qualquer trabalho intelectual buscou se inserir no projeto de constituição da identidade nacional. Quem quer que escrevesse visava, acima de tudo, a “d[ar] à pátria um livro útil e precioso”, para usar a formulação adotada por Joaquim Manuel de Macedo num “Relatório” por ele apresentado na qualidade de secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1856, p. 96).

Aliás, essa instituição congregou praticamente todos os antologistas referidos nesta tese, que, como seria de se esperar, tinham ampla circulação pelos diversos espaços que constituíram a *cidade das letras*. No entanto, o seu território por excelência foi o discurso, no sentido mais amplo deste termo. É certo que poucos tiveram o púlpito à sua disposição — como acontecia com o cônego Januário da Cunha Barbosa, pregador da Capela Imperial —, ou a tribuna do Senado — como foi o caso de Quintino Bocaiúva —, mas todos lançaram mão do texto impresso sob as suas mais diversas formas. Todos, sem exceção, foram polígrafos; e todos foram poetas, tornando-se, com isso, material para a obra de seus confrades quando não também para a sua própria.

Curiosamente, esses fundadores da *cidade letrada* continuam presentes nas nossas cidades de asfalto e concreto, embora reduzidos à condição de meras placas que dão nome a ruas, praças ou até bairros. Provavelmente, poucos seriam os transeuntes capazes de identificar esses personagens, e menos ainda de ter uma noção da importância do trabalho que eles realizaram. No entanto, os seus *parnasos fundacionais* criaram efetivamente uma *realidade* ainda hoje em boa parte vigente, pois é sem dúvida graças a eles que se estabeleceu uma literatura brasileira, mas também o sistema segundo o qual ela vem sendo pensada e estudada.